

Constituinte responde a Sarney aprovando projeto

BRASÍLIA — Vinte e uma horas depois de ter criticado duramente a nova Constituição por uma cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente José Sarney sofreu sua mais severa derrota na Constituinte. O plenário, em clima de festa cívica, aprovou por 403 votos a 13, e 55 abstenções, o projeto elaborado no primeiro turno. O discurso de Sarney de anteontem, longe de ter atraído apoio para o governo, irritou os parlamentares e facilitou os entendimentos para a confirmação do texto já votado.

"O projeto está aprovado, graças a Deus e aos constituintes. Viva a Constituição", comemorou o deputado Ulysses Guimarães, o grande vitorioso do dia, ao anunciar o resultado, recebido com prolongados aplausos do plenário. Todos os líderes partidários pediram a suas bancadas que votassem *sim*, exceto o do PFL, José Lourenço, que recomendou a abstenção. Ele, porém, não seguiu sua própria orientação. Acabou votando *não*.

Transtornado — "Agradeçam ao presidente José Sarney por esse resultado", disse o deputado Antônio Britto, vice-líder do PMDB, a alguns companheiros. "A Constituição já está promulgada. Não tenho mais nada para fazer aqui. Acho que vou para a praia", desabafou, transtornado, Lourenço, ao ver o mapa de votação.

Desde manhã, o clima no Congresso prenunciava uma derrota do governo por larga margem. As críticas de Sarney repercutiram mal entre os constituintes que, ao considerando um ataque à Casa e ao trabalho de um ano e meio, resolveram responder à altura. Isso influenciou o comportamento dos líderes, na busca do entendimento.

Em reunião no gabinete da liderança do PMDB, o líder Nelson Jobim comunicou a representantes do PFL, do PDS e do PTB — cuja intenção era rejeitar o texto — que seu partido, houvesse ou não acordo prévio à votação, colaboraria para a supressão de vários dispositivos, conforme já vinha anunciando há semanas. Em outros pontos, entretanto, o PMDB não aceitaria mudanças.

O líder do PTB, Gastone Righi, declarou-se satisfeito com a posição

do PMDB: "Para mim, isso basta". A partir daí, o PTB despredeu-se do bloco que ameaçava rejeitar o projeto, e prometeu apoiá-lo.

Isolado — Em seguida, mudou o PDS. Em reunião de bancada, a maioria dos parlamentares pedessistas, liderada pelo senador Jarbas Passarinho (PA) e o deputado Adilson Mota (RS), decidiu votar favoravelmente ao projeto. Embora a posição tivesse dividido a bancada, o líder Amaral Netto comprometeu-se a defendê-la e acompanhá-la no plenário. "Depois do discurso do Sarney, votar *não* seria apoiar o governo. O PDS preferiu ficar com a Constituinte", explicou mais tarde.

Assim, o PFL ficou isolado. Na própria bancada pefelista, a dissidência começou a crescer. Desde a noite de anteontem, 30 parlamentares contestaram a liderança de Lourenço e pediram ao senador Marco Maciel, presidente do partido e adversário do líder, que desenvolvesse um trabalho paralelo de convencimento da bancada, para garantir a aprovação do texto.

Entusiasmado — No início da tarde, o PT, que havia anunciado que rejeitaria o projeto, decidiu, também em reunião de bancada, rever sua posição, para que ela não ajudasse o governo. Ulysses, ao discursar, virou mais votos. Quando ele terminou, aplaudido de pé por quatro quintos do plenário, o deputado Fernando Lyra (PDT-PE), que costuma criticá-lo impietosamente, afirmou entusiasmado: "O velho é impossível. Vamos ganhar com mais de 400 votos."

O deputado Israel Pinheiro Filho, ao pressionar o botão *sim* no seu posto de votação, resumiu o estado de espírito de muitos parlamentares: "Voto a favor, mesmo sabendo que essa decisão pode provocar o fechamento do Congresso. Mas não temos outro jeito. A Constituição é mais importante".

Enquanto Ulysses abandonava sorridente o plenário, o deputado Paulo Ramos (PMN-RJ) lembrou um comentário feito na véspera pelo senador Mário Covas (PSDB-SP) a respeito do discurso de Sarney: "O presidente levantou a bola e mandou o goleiro sair do gol. Essa oportunidade o Ulysses não vai perder".



Ulysses agradece os aplausos. Em seguida, a maioria esmagadora da Constituinte lhe daria razão

Ulysses ouve Leônidas e se tranqüiliza

Dadora Guedes

BRASÍLIA — Um telefonema do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, no final da manhã de ontem, foi fundamental para que o deputado Ulysses Guimarães decidisse responder as críticas do presidente José Sarney à Constituinte. Depois do telefonema, segundo confidenciam alguns de seus colaboradores, Ulysses concluiu que não havia motivo para temer confronto de poderes entre Executivo e Legislativo.

Embora resistisse às pressões de constituintes para revidar no mesmo tom usado pelo presidente, Ulysses es-

tava convencido de que somente uma reação pública minimizaria os efeitos do duro ataque de Sarney. Ai foi surpreendido, em sua casa no Lago Sul pelo telefonema do general Leônidas. Depois dos cumprimentos de praxe, o ministro do Exército foi direto ao assunto:

— Você vai responder ao pronunciamento do presidente?

— Vou falar no meu estilo de sempre — explicou Ulysses, aproveitando para defender a Constituinte e afirmar que havia necessidade de que se garantisse um clima de tranqüilidade no segundo turno de votação.

O general Leônidas, que no domingo à noite, durante reunião dos ministros militares com Sarney, incentivara o presidente a fazer o pronunciamento, garantiu a Ulysses que as Forças Armadas não tinham intenção de quebrar a ordem institucional. Foi o bastante.

Logo depois, chegava ao gabinete da presidência da Câmara a cópia manuscrita do discurso que Ulysses leria

ao plenário da Constituinte, antes da votação que aprovaria o projeto de Constituição definido no primeiro turno, com ressalva para as emendas supressivas. Ainda em casa, Ulysses conversou com amigos sobre o discurso que faria. As 15h 30min foi para o Congresso, acompanhado da mulher, dona Mora.

Exatamente às 15h 40min, Ulysses entrava no prédio do Congresso. Antes de chegar ao plenário, onde foi recebido com aplausos, teve uma reunião breve com o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, e os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

"Você tem que falar já. Ou a Constituinte votará de acordo com o que você falar, ou você terá que falar depois, de acordo com o que for decidido", incentivou Afonso Arinos. Cinco minutos depois, Ulysses fez seu discurso. Após concluir, perguntou com insistência: "Eu não afrontei ninguém, não é?"

Moreira Lima diz que não existe crise

BRASÍLIA — O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, afirmou que não há crise entre o governo e a Constituinte. "A imprensa é que está criando terrorismo. Não vejo crise, não vai haver urutu na rua", declarou.

Moreira Lima disse que o presidente José Sarney fez o pronunciamento de terça-feira porque "tem o dever de transmitir suas preocupações com relação aos problemas que poderiam advir da promulgação da Constituição, sem as emendas que o governo quer aprovar" no segundo turno.

Segundo o ministro da Aeronáutica, Sarney quis garantir, para o futuro, as "ações de governo", mas isso não significava confronto. "Não há esse enfrentamento entre o governo e a Constituinte. Ao contrário, tudo será negociado, pois esta é a melhor solução", afirmou.

As regras do segundo turno

As regras na Constituinte para o segundo turno de votação iniciado ontem são as seguintes:

* A votação será feita em ordem crescente de artigos. No final de cada título, capítulo ou seção, serão votadas em bloco as emendas que não foram destacadas e com parecer favorável ou contrário, como ocorreu no primeiro turno.

* Não existe mais o destaque para votação em separado (DVS), recurso de que se valeu o *Centrão* no primeiro turno.

* A preferência para votação é dada sempre ao destaque de maior abrangência. Por exemplo: um destaque que suprima um artigo inteiro será votado antes de outro que o suprima apenas parcialmente. No caso de destaques idênticos, terá preferência o que tiver o menor número de registro, pois foi apresentado primeiro. O autor com a preferência dá aos demais autores de destaque semelhantes a co-autoria.

* É permitida a reunião de emendas.

Dornelles diz que presidente não fez contas certas na TV

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), ex-ministro da Fazenda e secretário da Receita Federal, voltou a contestar ontem as contas feitas pelo presidente José Sarney, sobre possíveis perdas da União se o capítulo da reforma tributária constante no projeto da nova Constituição não for alterado. Segundo o parlamentar fluminense se o ano de 1987 for tomado como exemplo, o governo perderia C\$ 30 bilhões — C\$ 12 bilhões a menos do que os C\$ 42 bilhões que ele passou para os estados e municípios em transferências negociadas de recursos.

"Acho, apesar disso, que o presidente tem todo o direito de falar e os constituintes de ouvi-lo", observou Dornelles. O representante do PFL contestou também o pronunciamento de Sarney na parte em que ele acusa a Constituinte de criar impostos indiretos. Disse que "a Constituição não vai criar impostos, limitando-se a dar competência à União, aos

Estados e municípios para tomar essa iniciativa. Em nenhuma hipótese poderá ser criado algum imposto sobre salário, como fez crer o presidente. A única exceção é para a criação de um imposto sobre ganho e rendimento de capital, assim mesmo sobre pessoa jurídica".

Correção — A referência feita pelo presidente da República, em seu discurso, de que a anistia fiscal prevista no Artigo 54 do Ato das Disposições Transitórias vai custar C\$ 920 bilhões aos cofres federais, também foi desmontada pelo ex-ministro da Fazenda:

"Ora, o texto da Constituição diz que os débitos para com as fazendas federal, estaduais e municipais, de natureza tributária, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1987, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, terão de ser pagos até 180 dias após a promulgação da nova Carta. Se todos

pagarem, o poder público, em todos os níveis, ganha dois meses de arrecadação. Se ninguém pagar, as coisas ficam como estão".

Dornelles não concorda, ainda, com a afirmação do presidente da República de que a União perderá 20% de sua receita depois de promulgada a nova Carta. "A perda, pelo dispositivo constitucional aprovado em primeiro turno, vai levar cinco anos e não chega a 20%". Quanto a problemas externos, determinados pela nova política tributária, o parlamentar fluminense salientou que eles não existem: "O ICM não incide sobre operações com produtos industrializados que se destinem ao exterior".

Pelo ângulo político, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) assim viu o discurso de Sarney: "Foi só uma tentativa de riscar fósforo perto de palha seca".

Bresser defende Carta

Ex-ministro diz que Sarney optou pela contra-mão

Estados e municípios, Bresser acha salutar e "até uma medida de prevenção contra a corrupção, sempre presente nesses mecanismos pelos quais a União distribui dinheiro".

Argumentando na mesma direção, o professor Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE e um dos pais do cruzado, também participando do seminário, disse que o país já está ingovernável, "pelo descontrole que o governo lançou nas suas contas". A dívida pública interna já cresceu 25% em termos reais este ano e, conforme todas as previsões, terá crescido 50% quando terminar 1988. "É isso resulta da falta de controle sobre os gastos do governo e sobre os financiamentos concedidos ou autorizados pela União", ressaltou Bacha.

A economista Maria Conceição Tavares preferiu recorrer a um filósofo político para comentar os ataques do presidente Sarney à Constituinte: "Se não aprendemos a lição mínima de Montesquieu, a da separação entre os poderes, não sei o que se pode esperar de nossa democracia". Montesquieu escreveu no século XVI o clássico *O Espírito das Leis*, que estabelece a doutrina da separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, como condição de equilíbrio de um bom governo. Ou, como disse Conceição Tavares, "um poder não se mete no outro. E Sarney invadiu a Constituinte".

Sarney não vai pedir para que ministro fique

BRASÍLIA — O presidente José Sarney, que se encontrava ontem, em Tefé, município do interior do Amazonas, disse, por telefone, ao chefe do seu Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que não fará apelo, "a quem quer que seja", para que permaneça no ministério. Foi, no fundo, um recado do presidente aos que espalharam notícias de que três ministros ligados ao deputado Ulysses Guimarães pediriam demissão: Renato Archer (Previdência), Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e Celso Furtado (Cultura).

Costa Couto que revelou o pensamento de Sarney, transmitido a ele por telefone, disse, em entrevista coletiva, que não havia conversado com os três ministros ligados ao presidente do PMDB e da Constituinte. Não escondeu, porém, que tinha feito um contato com Ulysses, recusando-se, porém, a revelar o que disse e ouviu.

Luiz Henrique encarregou-se de desmentir, de viva voz, seu pedido de demissão: "Toda vez que há um estremecimento entre o Palácio do Planalto e o Dr. Ulysses surgem esses boatos". Renato Archer tinha, por sua vez, dois tipos de documentos para assinar no final da noite de ontem: sua carta de demissão e uma série de portarias levadas à sua casa pelo secretário-geral da Previdência, Aloísio Teixeira.

"Só falarei quando o presidente chegar. No momento estou sem interlocutor", disse Renato Archer, depois de adiar a entrega da sua carta de demissão em decorrência da viagem de Sarney ao Amazonas.



Lourenço cochicha no ouvido de Marcondes Gadelha

Mensagem intrigou 'Centrão'

Dora Tavares de Lima

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos parlamentares que ainda se mantêm fiéis ao governo, acordou intrigado com o recado que o presidente José Sarney teria pretendido transmitir em seu pronunciamento da noite anterior. Haveria uma senha para o grupo governista na Constituinte? Fiúza decidiu apelar até para o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em busca de uma orientação.

Antes de falar com o general, porém, chamou ao seu apartamento na Superquadra Norte 302, bloco G, três integrantes da ala mais conservadora do *Centrão*: os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Paes Landim (PFL-PI) e o senador Irapuá Costa Júnior (PMDB-GO). "Não me parece que o presidente tenha feito um pronunciamento tão bem colocado sem que houvesse embutido nele uma mensagem. Mas eu confesso que não sei qual é ela", disse aos parlamentares.

Luís Eduardo, filho do ministro das Comunicações, que à noite ainda falou ao telefone com o pai, deu sua opinião: "ão acho que haja estratégia alguma".

"Então, a situação é mais grave do que eu pensava, porque não é possível que o presidente vá à televisão sem a preocupação de que seu pronunciamento tenha algum tipo de desdobramento", disse Fiúza. "Só se ele tiver alguma coisa combinada com o Ulysses, pois a nós não comunicou nada", especulou Luís Eduardo. "Neste caso o quadro é de suprema irresponsabilidade" concluiu Fiúza, que ligou para o general Leônidas Pires Gonçalves, com quem conversou durante 10

minutos, manifestando sua preocupação de que, votado o projeto, "a esquerda e os candidatos a prefeito desapareçam de Brasília, deixando a Constituição como está".

A essa altura, perguntou: "O governo tem alguma estratégia montada?" Leônidas respondeu: "Acho que não, mas também estou preocupado porque acredito que sem aqueles determinados pontos a Constituição até que fica boa". O ministro do Exército, ao final da conversa, disse: "Vamos trabalhar e ver o que ainda dá para fazer".

Depois disso, Fiúza, Irapuá, Luís Eduardo e Paes Landim resolveram ir para o Congresso. Encontraram o líder do PFL ao telefone: queria que os parlamentares que não dessem quorum para a votação. Fiúza deu a ideia de que fossem a Ulysses pedir o adiamento da sessão. Postaram-se à porta do gabinete, mas já era tarde: Ulysses entrou direto para o plenário.

Amargurado, o líder do PFL, deputado José Lourenço, atribuiu ontem à noite ao próprio presidente José Sarney a derrota sofrida no plenário. "Faltou sequência ao discurso, faltou o uso da caneta, a demissão imediata dos ministros infiéis e a mobilização de todo ministério para enfrentar o PMDB do doutor Ulysses Guimarães" — afirmou Lourenço. No seu entendimento, o pronunciamento do presidente Sarney acabou provocando o espírito de corpo dentro da Constituinte e seu resultado foi o inverso do esperado. O ministro Antônio Carlos Magalhães achou que o presidente Sarney fez o que deveria fazer: "O presidente alertou o povo das dificuldades de governar o país".